



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/07/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
3. JORNAL EXTRA	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	5
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	6
5.2. CONVÊNIOS.....	7
5.3. DESEMBARGADOR.....	8
5.4. POSSE.....	9
5.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	10

TECNOLOGIA

Juizados poderão fazer intimações pelo whatsapp

A intimação de partes em processos judiciais no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública agora pode ser feita por meio do aplicativo de mensagens "whatsapp". A adesão das partes à notificação pelo aplicativo de mensagens é voluntária e as que não aderirem a esse procedimento serão intimadas pelos outros meios formais previstos em lei. Durante cerimônia realizada na manhã desta segunda-feira (18), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, recebeu do presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, 33 aparelhos celulares "smartphones" que serão utilizados, exclusivamente, para envio das notificações.

A medida, de iniciativa da juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais do Estado do Maranhão, foi implementada pela corregedora e pelo presidente considerando que esse aplicativo tem sido utilizado reiteradamente pela Justiça, em vários estados, como meio de dar maior efetividade a atos processuais, como citações e intimações, devi-

do às suas funcionalidades.

Ainda foi considerado que, além de caracterizar meio idôneo para efetivação de intimação, o uso do whatsapp implica maior celeridade e menores custos para o desempenho das atividades jurisdicionais e de secretaria, evitando impressões desnecessárias e dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e manutenção, conforme os critérios de simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que orientam os processos no âmbito dos juizados especiais (Lei nº 9.099/95).

A Portaria Conjunta nº 11/2017, assinada pelo presidente do TJMA e pela corregedora da Justiça, em 17 de julho, a ser publicada no Diário da Justiça, regulamenta o modo de fazer as intimações e define as responsabilidades das partes na adesão ao uso do aplicativo.

Os aparelhos celulares serão distribuídos aos juízes titulares dos juizados de todo o estado, instalados em São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Imperatriz, Pedreiras, Timon, Pimenteiras, Santa Inês e São José de Ribamar.

ESTADO MAIOR

E MAIS

- O desembargador Vicente de Paula foi eleito, por unanimidade, membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Justiça inaugura Fórum Desembargador Almeida Silva em Santa Helena

Com a presença do Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, do desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, da diretora do Fórum e Juíza Titular de Santa Helena, Cynara Eliza Gama Freire, do procurador da Comarca de Santa Helena Emanuel Guterres, do juiz José Ribamar Santos Vaz, da Comarca de Pinheiro, do prefeito Zezildo Almeida, e demais autoridades civis e militares da região, foi inaugurado nesta quinta-feira, dia 20 de julho, o Fórum Desembargador Almeida Silva, na sede do município de Santa Helena.

Todos foram unânimes em afirmar que essa nova sede do Fórum de Santa Helena é um divisor de águas para a história jurídica da região. Outro aspecto importante é que esse Paço da Justiça recebeu o nome do saudoso desem-



bargador José Antônio de Almeida e Silva, que nasceu em São Luís em 15 de Junho de 1928 e muito contribuiu para a magistratura maranhense. Presente na solenidade, a procuradora de Justiça aposentada Elimar Figueiredo, viúva do desembargador Almeida Silva, ao ser indagada sobre essa homenagem, disse emo-

cionada que seu esposo honrou o trabalho que defendia e vivia com afincos. “Para nós da família é motivo de muito orgulho, e nós procuramos seguir os exemplos dele, não só como magistrado, mas como pai de família. Para nossa família é uma honra ter o nome do desembargador Almeida Silva emprestado à facha-

da desse prédio que abriga o fórum desta cidade que é considerada a Pérola do Turi”, disse.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Cleones Cunha a data é especial e a região do Turi, só terá benefícios com esta inauguração tão esperada.

Já o prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida prestigiou o evento e disse que a cidade respira novos ares, impulsionados por ações e obras em vários segmentos que beneficiam diretamente a população helenense, assim como seus visitantes. “Essa sintonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em nossa cidade serve de ferramenta para a promoção social das pessoas e tudo isso, graças às parcerias que buscamos nas esferas municipal, estadual e até federal”, pontuou o gestor.

click Especial



Lidiane de Souza: "Me dediquei totalmente à Magistratura ao longo de 15 anos e sete meses"

Presidente do TJMA empossa juíza na Comarca Ilha de São Luís

A juíza Lidiane Melo de Souza foi empossada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, na Comarca da Ilha de São Luís (entrância final), em decorrência de promoção, pelo critério de merecimento. A magistrada – que atuava como titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia – teve sua promoção aprovada em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (19).

A posse ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA, com a presença da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, e magistrados. O termo de posse foi lido pelo diretor geral em

exercício do TJMA, Mário Lobão.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Ângelo Santos, parabenizaram Lidiane Melo de Souza e desejaram sucesso nessa nova etapa profissional.

Atuando na Magistratura em 2001, como titular da Comarca de Buriti Bravo, Lidiane Melo de Souza foi removida em 2002 para a Comarca de Mirador. Em seguida, foi promovida para a 2ª Vara de Coelho Neto, pedindo para permanecer na de Mirador, onde trabalhou cerca de 8 anos até sua remoção para a 2ª Vara da Família de Açailândia.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 48/2017-SRP
Processo nº 26.048/2017

Objeto: Prestação de serviços de publicação em jornais de grande circulação local/regional de avisos de abertura, suspensão e adiamento de licitações; **Nova Data de Abertura:** 02/08/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Justificativa:** Para cumprimento do prazo legal; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 20 de julho de 2017.

Wherbeth Silva Sousa – Coordenador de Licitações e Contratos.

Paço do Lumiar ganha Centro de Solução de Conflitos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, inaugurou, em Paço do Lumiar, mais um Centro de Solução de Conflitos, que disponibilizará serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a conciliação.

"Com o novo Centro de Solução de Conflitos, reafirmamos o compromisso do Judiciário com a política de conciliação, acreditando ser este o melhor meio para alcançarmos a sonhada pacificação social", afirmou o desembargador Cleones Cunha, anunciando a implantação de outros centros em Santa Inês e Maracáçumé.

Na ocasião, o presidente do TJMA informou que o Termo Judiciário de Paço do Lumiar passará a contar com mais uma

Vara Judicial, para oferecer mais celeridade no julgamento de processos demandados pela população.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou que a iniciativa tem grande alcance social. Ele apontou a importância da parceria firmada entre o Judiciário e o IESF. "Com o apoio do Instituto, o Judiciário abre as portas para os cidadãos de Paço do Lumiar solucionarem suas questões de forma ágil e simples", frisou.

A diretora em exercício do Fórum de Paço do Lumiar, juíza Jaqueline Reis Caracas, agradeceu o empenho de todos que contribuíram para a concretização do projeto, que, segundo ela, "estende os braços da Justiça para a população".

Campanha contra as drogas é lançada em Alto Parnaíba



Autoridades durante o lançamento da campanha contra as drogas em Alto Parnaíba

Na manhã de quarta-feira, 19, foi lançada no município de Alto Parnaíba, a campanha “Maranhão contra as Drogas”. O evento, realizado no ginásio de esportes da cidade, contou com a participação de autoridades, gestores, estudantes e representantes da sociedade civil. Além de palestras e depoimentos sobre o tema, a programação foi marcada por apresentações culturais. Uma caminhada pelas principais ruas da cidade anunciou a campanha no dia anterior. Do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes o procurador-geral de justiça, Luiz

Gonzaga Martins Coelho, e o promotor de justiça titular da comarca, Tiago Quintanilha Nogueira. Também compareceram o juiz Júlio César Prazeres (representando o Tribunal de Justiça); a juíza titular da comarca, Nuza Maria Oliveira Lima; o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela; o prefeito Rubens Sussumu Ogasawara. entre outras autoridades. Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, ressaltou a importância da prevenção como medida básica de combate ao consumo

de drogas e de que os jovens devem ser conscientizados permanentemente dos males e perigos do uso de drogas. “Atualmente, estamos vendo os índices de violência aumentarem, incluindo a morte de crianças e jovens nas cidades do país, como consequência do tráfico e do uso de entorpecentes. Portanto, as drogas levam a três caminhos: cadeia, internação e cemitério”, alertou o chefe do MPMA. O promotor de justiça Tiago Quintanilha iniciou o seu discurso lembrando de John Lennon, que um dia afirmou: “As drogas me deram asas para voar, depois me

tiraram o céu”. O representante do MPMA afirmou que as sensações que as drogas prometem são falsas e trazem consequências muito danosas. “Quando alguém que entra nesse mundo e tem a sorte de não perder a vida, costuma ter a alma aleijada. E para uma alma aleijada, não há prótese. Portanto, é imprescindível a conscientização dos jovens sobre os malefícios das drogas”, alertou. Tiago Quintanilha também destacou que o combate às drogas deve envolver toda a sociedade e deve se dar de forma preventiva, por meio da educação e informação, exatamente como objetiva a campanha. “É para isso que iremos lutar, por esta união da sociedade em favor de nossa juventude. Vamos abraçar esta causa e vestir esta camisa, cujo slogan é “Alto Parnaíba na Prevenção às Drogas”, concluiu.

CAMPANHA

A campanha Maranhão contra as Drogas é promovida pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal, com apoio do governo do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão e Polícia Federal. Por meio da ação coordenada entre as instituições, o grupo objetiva desenvolver políticas públicas sobre combate e prevenção às drogas no Maranhão, incentivando a criação de fóruns, conselhos, serviços de prevenção, tratamento e acolhimento dos usuários. O público-alvo da campanha são adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Desembargador Vicente de Paula toma posse como membro substituto



Eleito pelo Tribunal de Justiça para o cargo de membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro tomou posse nessa quinta-feira (20). O ato foi presidido pelo desembargador Raimundo Barros, presidente da Corte, e prestigiado pelos desembargadores Bernardo Rodrigues, Tyrone José Silva e João Santana, pelos membros da Corte Magno Linhares, Sebastião Bonfim e Kátia Coelho e ainda pelo procurador regional Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco, além do diretor-geral Flávio Costa. Ao se referir ao empossado, o

presidente do TRE-MA destacou que o desembargador Vicente de Paula exercerá importante função em 2018 quando julgará processos referentes à propaganda.

Perfil

Vicente de Paula Gomes de Castro nasceu em Piracuruca, no norte do Piauí, em 24 de dezembro de 1949. Ingressou no serviço público em 1970, como escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, após aprovação em concurso público. Ainda estudante de Direito, ascendeu ao cargo de delegado de Polícia Civil naquele estado, bacharelando-se em Direito em 1974 pela Universidade Federal do Piauí.

Presidente do TJMA empossa juíza na Comarca da Ilha de São Luís

A juíza Lidiane Melo de Souza foi empossada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, na Comarca da Ilha de São Luís (entrância final), em decorrência de promoção, pelo critério de merecimento. A magistrada – que atuava como titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia – teve sua promoção aprovada em sessão plenária administrativa na quarta-feira (19).

A posse ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA, com a presença da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, e magistrados. O termo de posse foi lido pelo diretor geral em exercício do TJMA, Mário Lobão.



Data Venia

Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

A ORDEM É DOS ADVOGADOS E NÃO DE MAGISTRADOS!

É nosso dever advertir aos advogados (as) e ex líderes dos movimentos "RENOVAR e MUDANÇA", atuais mandatários da OABMA, que centenas de colegas na capital e no interior, cativados e entusiasmados que ficaram com as promessas de campanha, ainda encontram-se confiantes com as anunciadas "transformações" no cotidiano jurídico maranhense que nunca vieram.

A sociedade por seu turno, representada pelos jurisdicionados também não viu alterações: a justiça continua morosa; a Corregedoria Geral de Justiça não corrige e nem fiscaliza os atos processuais como deveria; o modelo administrativo do TJ é arcaico; o Fórum do Calhau permanece vazio durante as tardes e lembra mais um Quartel da Polícia Militar do que a Casa da Justiça e os magistrados em sua maioria não cumprem a jornada completa de trabalho que é imposta por lei, principalmente no interior. Tudo isto importa em menos produtividade.

À vista do relatado a OAB MA não tomou nenhuma providência efetiva no sentido de modificar o quadro. Não se tem notícias de que a gestão tenha pelo menos feito uma visita ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ em Brasília DF, para conversar sobre essas velhas práticas do TJMA. Infelizmente nada mudou para melhor. Talvez tenha até piorado. O mandato atual ainda não acabou mas a má gestão já compromete em totum os interesses profissionais e o prestígio da classe de advogados do Maranhão.

O certo é que a inércia contínua da Ordem atual não é diferente do comando anterior. O mesmo pecado está sendo cometido. Não há defesarazável do direito coletivo dos advogados e no aspecto individual, quando há, são seletivos, cujos critérios afogam os adversários ideológicos. Não houve até agora ações de modernidade na entidade. Dizíamos no passado que a OAB MA funcionava como um anexo submisso do TJMA. Lamentavelmente a história se repete. Reitero que o compromisso maior da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão deveria ser com a JUSTIÇA e a defesa das PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS.

Vale ressaltar que o advogado pratica um serviço público, uma missão social árdua, incomparável a outras profissões, até por força de lei. A missão do advogado é de embate, de confronto, porque vivemos num país em que pouco se respeita as leis e os regulamentos. E para que surta efeito os esforços do seu trabalho em prol da aplicação da jurisdição, o advogado tem que ter independência, liberdade para agir livremente e garantias que somente a OAB pode prover. Neste sentido o seu tugúrio tem que ser constante.

O exercício da profissão de advogado com respeito à liberdade de expressão e às garantias individuais, compreendendo também o contraditório e a ampla defesa são princípios básicos, universais e indisponíveis num estado democrático de direito.

Todos os inscritos da Ordem do Advogados do Maranhão merecem respeito e tratamento igualitário pela instituição. E isto não está ocorrendo. A ordem tem que ser imparcial e impessoal. Não pode nutrir sentimento de ódio e de revanche por qualquer de seus sócios somente porque divergem de sua política.

Infelizmente é isso que testemunhamos na atual gestão. A nossa seccional, como na gestão passada, se confunde com um partido político ou com um "clube do bolinha" e esquece a sua finalidade maior que é a defesa coletiva e individual das prerrogativas da classe. Se esquece da defesa dos seus heróis e fiéis patrocinadores por excelência que são os advogados.

Se fossemos enumerar no decorrer do atual mandato os casos de advogados (as) que reiteradamente são processados ou que tiveram os seus direitos e prerrogativas vilipendiados por ações de autoridades públicas entre elas promotores, delegados e magistrados, precisaríamos de um livro para expor as nossas considerações. Não queremos e não aceitamos uma OAB MA como braço político partidário de nenhuma agremiação política no Estado. A exemplo da gestão passada que foi derrotada por conta também desses equívocos. A OAB MA DEVE SER PARTIDÁRIA APENAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DAS LEIS.

A advocacia nada lucrar enquanto o judiciário não for democratizado e os magistrados livres de pressões para decidir o que alei manda. Não vamos tolerar que a OAB MA se intrometa em disputas internas do judiciário: SOMOS ADVOGADOS COM MUITO ORGULHO; ou que defenda pessoas alheias, estranhas a seu corpo, mormente quando a questão tratada não for de repercussão geral ou de interesse comum da sociedade. A ORDEM É DOS ADVOGADOS E NÃO DE MAGISTRADOS.

Como breves exemplos omissivos da OAB MA podemos começar citando casos recentes como o de "LUIZ GUILHERME", carinhosamente conhecido por "GUIGUI", filho do competente casal de Advogados Moreira Serra Junior e Will Ferreira. Ambos regularmente inscritos na OAB MA. Esse caso chocou não somente a população maranhense mas o Brasil todo por conta da dura e insensível negativa de um juízo em manter um "Home Care" que prestava serviço domiciliar a um garoto incapaz em estado delicado de saúde.

O drama comoveu a população em geral e serviu como lição histórica para o judiciário local. Um homem e pai de família na função de julgador que evidentemente nunca pariu, aplicou ao filho "dos outros" A JUSTIÇA, não aplicável pelas mães julgadoras. O direito à vida daquele menino foi salvo pelo Desembargador Guerreiro Junior de forma serena. Ele leu o mesmo processo que duas juízas leram. Ele enxergou o que elas não enxergaram. Ele decretou o que elas negaram e fundamentou a decisão que nunca "caiu" com os argumentos que estavam acostados naquele processo e a decisão protegeu o interesse do incauto e contrariou interesse do poder econômico. O SAMA acudiu os advogados com seu filho.

Outro caso foi do conceituado Advogado Criminalista Rodolfo Fernandes, regularmente inscrito na OAB MA, que a serviço da própria instituição no Município de Porto Franco MA, ao reclamar com razão a ausência da autoridade judiciária naquela comarca em dia normal de trabalho, foi surpreendido com a instauração de um TCO, onde figura como "autor de crime" pela ousadia da reclamação. O SAMA foi solidário com o colega.

O Advogado Leonardo Quirino, da Associação de Sargentos, Soldados e Praças da Polícia Militar do Estado do Maranhão, quando acompanhava um cliente nas dependências do Comando Geral da PM, foi ameaçado por um oficial que presidia os autos. O SAMA tomou providências. Ele também é inscrito na Ordem.

Certo dia fomos procurados por um outro advogado também no SAMA para prestar-lhe assistência. Bastante assustado e nervoso ele foi ameaçado no exercício de sua profissão no interior da Delegacia de Polícia Civil do Maiobão, no Paço do Lumiar MA, por conta de extermínio de menor, por um policial da PM. Ele também é inscrito na Ordem do Maranhão.

Todos os casos citados, diga-se de passagem de relevância, que direta ou indiretamente envolveram interesses de advogados (as) inscritos e que a OAB MA tinha conhecimento, não foram dignos de um bilhete reservado, de uma menção pública, de uma demonstração de afeto e solidariedade pública, de um recado, quanto mais de uma NOTA.

Estamos esses dias em Brasília. E ficamos surpresos na última sexta-feira passada (14/07/17), com o surgimento de um instrumento desafinado na orquestra sinfônica advocacia maranhense com a publicação de uma NOTA PÚBLICA, estranha, sem pé e sem cabeça, com destaque na mídia, assinada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Estado do Maranhão, em defesa da Desembargadora Nelma Sarney do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Não se trata de desmerecer a magistrada pela atenção que lhe fora dispensada pela entidade que congrega somente advogados. O que não se consegue conceber é a OAB MA usurpar da competência da Associação dos Magistrados - AMMA e sair em defesa de uma desembargadora, alheia aos quadros, em comportamento atípico e esdrúxulo, enquanto grande parte de seus filiados encontram-se desprotegidos, órfãos e ameaçados de prisões e condenações por defenderem os interesses da classe pela mesma classe da sortuda ora defendida.

Mozart Baldez - Presidente do Sind. dos Advogados do Est. do Maranhão - SAMA